

O VALOR
de TUDO

Mariana Mazzucato

O VALOR
de TUDO

Fazer e Tirar
na Economia Global

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

Prefácio:

Histórias sobre criação de riqueza

Entre 1975 e 2017 o PIB real dos Estados Unidos – a dimensão da economia ajustada à inflação – triplicou mais ou menos de 5,49 bilhões de dólares para 17,29 bilhões¹. Durante esse período a produtividade cresceu cerca de 60%, mas, a partir de 1979, o salário horário real da grande maioria dos trabalhadores americanos estagnou ou, inclusive, caiu². Por outras palavras, durante cerca de quatro décadas uma elite diminuta captou quase todos os ganhos de uma economia em expansão. Isso deveu-se ao facto de haver membros da sociedade especialmente produtivos?

O filósofo grego Platão defendeu uma vez que os contadores de histórias governam o mundo. A sua grande obra, *A República*, é em parte um guia para educar o líder do seu Estado ideal, o Guardião. Este livro põe em questão as histórias que estão a ser contadas sobre quem são os criadores de riqueza no capitalismo moderno, histórias sobre quais são as atividades produtivas, por oposição às improdutivas, e por conseguinte de onde provém a criação de valor. Põe em questão o efeito que essas histórias estão a ter na capacidade que uns poucos têm de extrair mais da economia em nome da criação de riqueza.

As histórias estão em toda a parte. O contexto pode divergir – finança, grandes farmacêuticas ou grandes empresas tecnológicas – mas

as autoapreciações são semelhantes: sou um membro particularmente produtivo da economia, as minhas atividades geram riqueza, assumo grandes «riscos» e, por isso, mereço um rendimento maior do que pessoas que se limitam a beneficiar dos efeitos desta atividade. O que acontece, todavia, se, no final, tais descrições não passarem de meras histórias? Narrativas criadas para justificar desigualdades de riqueza e rendimento, remunerando massivamente aqueles poucos que conseguem convencer os Governos e a sociedade de que merecem remunerações elevadas, enquanto nós, os restantes, temos de nos remediar com o que sobra. Vejamos algumas dessas histórias, para começar, no sector financeiro.

Em 2009, Lloyd Blankfein, presidente-executivo do Goldman Sachs, afirmou: «Os funcionários do Goldman Sachs contam-se entre os mais produtivos do mundo.³» Mas, apenas um ano antes, o Goldman tivera um contributo importante para a pior crise financeira e económica desde a década de 30. Os contribuintes norte-americanos tiveram de pagar 125 mil milhões de dólares para o resgatarem. À luz do terrível desempenho do banco de investimento apenas um ano antes, uma declaração otimista desse jaez feita pelo presidente-executivo foi extraordinária. O banco despediu três mil funcionários entre novembro de 2007 e dezembro de 2009, e os lucros caíram a pique⁴. O banco e alguns dos seus concorrentes foram multados, embora as quantias parecessem pequenas em relação a lucros posteriores: multas de 550 milhões de dólares para o Goldman e 297 milhões para o J.P. Morgan, por exemplo⁵. Apesar de tudo, o Goldman – juntamente com outros bancos e fundos especulativos – seguiu em frente apostando contra os mesmos instrumentos que havia criado e que tinham conduzido a tal agitação.

Embora se tenha falado muito em punir os bancos que contribuíram para a crise, nenhum banqueiro foi preso e as alterações quase não enfraqueceram a capacidade que instituições bancárias tinham de ganhar dinheiro com a especulação: entre 2009 e 2016, o Goldman obteve lucros líquidos de 63 mil milhões de dólares em receitas

líquidas de 250 mil milhões de dólares⁶. Só em 2009, atingiram um lucro recorde de 13,4 mil milhões de dólares⁷. E embora tenha salvado o sistema bancário com dinheiro dos contribuintes, o Governo dos Estados Unidos não teve a coragem de lhes exigir uma taxa por uma tal atividade de alto risco. No final, contentou-se simplesmente em reaver o seu dinheiro.

É claro que as crises financeiras não são uma novidade, mas a confiança exuberante que Blankfein tinha no seu banco seria menos comum há meio século. Até à década de 60, o sector financeiro não era amplamente considerado uma parte «produtiva» da economia. Era visto como importante para a transferência da riqueza existente, mas não para a criação de nova riqueza. Com efeito, os economistas estavam tão convencidos do papel meramente facilitador do sector financeiro que nem sequer incluíam a maior parte dos serviços que os bancos prestavam, tais como aceitar depósitos e conceder empréstimos, nos seus cálculos do número de bens e serviços produzidos pela economia. O sector financeiro introduziu-se nas suas medições do Produto Interno Bruto (PIB) apenas como «*input* intermédio» – um serviço que contribui para o funcionamento de outras indústrias que são verdadeiras criadoras de valor.

Todavia, por volta de 1970, as coisas começaram a mudar. A contabilidade nacional – que proporciona uma imagem estatística da dimensão, composição e orientação da economia – começou a incluir o sector financeiro nos seus cálculos do PIB, o valor total de bens e serviços produzidos pela economia em questão⁸. Essa alteração da contabilidade coincidiu com a desregulamentação do sector financeiro que, entre outras coisas, afrouxou os controlos sobre quanto podiam os bancos emprestar, as taxas de juro que podiam cobrar e os produtos que podiam vender. Em conjunto, essas mudanças alteraram fundamentalmente o comportamento do sector financeiro e aumentaram a sua influência na economia «real». O sector financeiro já não era visto como uma carreira séria. Em vez disso, tornou-se uma via rápida para os espertos ganharem muito dinheiro. Com efeito,

após a queda do Muro de Berlim em 1989, alguns dos cientistas mais inteligentes da Europa Oriental acabaram a trabalhar para a Wall Street. A indústria expandiu-se, tornou-se mais confiante. Fez lóbi abertamente para promover os seus interesses, afirmando que o sector financeiro era fundamental para a criação de riqueza.

Hoje em dia, a questão não é apenas a dimensão do sector financeiro e como ultrapassou o crescimento da economia não-financeira (por exemplo, a indústria), mas o seu efeito sobre o comportamento do resto da economia, que viu muitas das suas partes serem «financeirizadas». As operações financeiras e a mentalidade que geram invadem a indústria, como pode ser visto quando os gestores decidem gastar uma proporção maior dos lucros em programas de resgate de ações – que, por sua vez, fazem aumentar os preços dos títulos, das opções sobre ações e das remunerações dos quadros superiores – do que investindo no futuro a longo prazo da empresa. Chamam a isso *criação de valor*, mas, tal como no sector financeiro em si, a realidade é amiúde o oposto: extração de valor.

Porém, essas histórias de criação de valor não estão limitadas ao sector financeiro. Em 2014 o gigante da indústria farmacêutica Gilead fixou o preço do *Harvoni*, o seu novo tratamento para o potencialmente fatal vírus da hepatite C, em 94 500 dólares para um ciclo de três meses. A Gilead justificou cobrar esse preço insistindo em que representava um «valor» para os sistemas de saúde. John LaMattina, ex-presidente de I&D da empresa farmacêutica Pfizer, defendeu que o preço elevado de fármacos especializados se justifica pelos benefícios que proporcionam aos pacientes e à sociedade em geral. Na prática, tal equivale a relacionar o preço de um medicamento com os custos que a doença teria para a sociedade caso não fosse tratada, ou se fosse tratada com a segunda melhor terapia disponível. A indústria chama a isto «preço baseado no valor», um argumento refutado pelos críticos, que citam estudos de casos mostrando a inexistência de uma correlação entre o preço dos medicamentos para tratamento do cancro e os benefícios que proporcionam⁹. Uma calculadora interati-

va (www.drugabacus.org), que permite determinar o preço «correto» de um medicamento oncológico com base nas suas características susceptíveis de avaliação (o aumento de esperança de vida que proporciona aos pacientes, os seus efeitos secundários, etc.), mostra que, no caso da maior parte dos fármacos, esse preço baseado no valor é inferior ao atual preço de mercado¹⁰.

Contudo, os preços dos medicamentos não estão a descer. Parece que os argumentos da indústria relacionados com a criação de valor tiveram êxito em termos de neutralizar as críticas. De facto, uma elevada proporção dos custos dos cuidados de saúde no mundo ocidental nada tem que ver com cuidados de saúde: esses custos devem-se, pura e simplesmente, ao valor que a indústria farmacêutica extrai.

Ou vejamos as histórias da indústria tecnológica. Alegando que favorecem o empreendedorismo e a inovação, as empresas da indústria de TI fizeram, com frequência, lóbi para beneficiarem de menos regulamentação e um tratamento fiscal mais favorável. Com a «inovação» como a nova força do capitalismo moderno, Silicon Valley apresentou-se a si mesmo, com êxito, como a força empresarial por detrás da criação de riqueza – desencadeando a «destruição criativa» donde provêm os empregos do futuro.

Essa história sedutora de criação de valor conduziu a taxas mais baixas de imposto sobre mais-valias para os investidores de risco que financiam as empresas tecnológicas e a questionáveis políticas fiscais como a *patent box*, que reduz os impostos sobre quaisquer produtos cujos *inputs* sejam patenteados, pretensamente para incentivar a inovação ao remunerar a geração de propriedade intelectual. É uma política que faz pouco sentido, uma vez que as patentes já são instrumentos que permitem lucros de monopólio durante 20 anos, gerando desse modo retribuições elevadas. Os objetivos dos decisores políticos não deveriam ser aumentar os lucros de monopólios, mas favorecer os investimentos em áreas como a investigação.

Muitos dos chamados «criadores de riqueza» da indústria tecnológica, como o cofundador da Pay Pal, Peter Thiel, costumam cri-

ticar fortemente o Governo como um puro obstáculo à criação de riqueza¹¹. Thiel chegou ao ponto de criar um «movimento secessionista» na Califórnia para que os criadores de riqueza pudessem ser tão independentes quanto possível da mão pesada do Governo. E Eric Schmidt, o presidente-executivo da Google, afirmou repetidamente que os dados dos cidadãos estão mais seguros com a Google do que com o Governo. Esta posição alimenta uma banalidade dos tempos modernos: os empresários são uma coisa boa e o Estado, uma má – ou inepta.

Mas ao apresentarem-se a si mesmas como heroínas dos tempos modernos, a Apple e outras empresas esquecem de forma conveniente o papel pioneiro do Estado nas novas tecnologias. A Apple afirmou despidoradamente que o seu contributo para a sociedade não deveria ser procurado através dos impostos, mas sim mediante o reconhecimento das suas fantásticas geringonças. De onde veio, todavia, a tecnologia inteligente que está por detrás dessas geringonças? De fundos públicos. A internet, o GPS, o ecrã táctil, o SIRI e o algoritmo em que se baseia o Google – foram todos financiados por instituições públicas. O contribuinte não deveria receber algo em troca, para além de uma série de *gadgets* indubitavelmente brilhantes? No entanto, o mero facto de fazer esta pergunta destaca como precisamos de um tipo de narrativa radicalmente diferente quanto a quem começou por criar a riqueza – e quem depois a extraiu.

E, afinal, qual é o lugar do Governo nestas histórias de criação de riqueza. Se existem tantos criadores de riqueza na indústria, a conclusão inevitável é que no lado oposto do espectro onde aparecem banqueiros de passo rápido, empresas farmacêuticas baseadas na ciência e cromos empresariais, se encontram os funcionários públicos e burocratas do Estado, inertes e extratores de valor. Segundo essa visão, se a empresa privada é a chita veloz que traz inovação ao mundo, o Estado é uma tartaruga lenta que retarda o progresso – ou, para invocar uma metáfora diferente, um burocrata kafkiano, soterrado debaixo de papéis, pesado e ineficiente. O Estado é retratado como

um sorvedouro da sociedade, financiado por impostos obrigatórios aplicados a cidadãos sofredores. Nesta história, há sempre apenas uma conclusão: que precisamos de mais mercado e menos Estado. Quanto mais magra, mais organizada e mais eficiente for a máquina do Estado, melhor.

Em todos esses casos, do sector financeiro à TI passando pelas empresas farmacêuticas, os Governos fazem o possível e o impossível para atrair aqueles indivíduos e empresas pretensamente criadores de valor, agitando perante eles reduções fiscais e isenções da burocracia que, crê-se, limitam as suas energias criadoras de riqueza. Os meios de comunicação social acumulam de louvores os criadores de riqueza, os políticos cortejam-nos e, para muita gente, são figuras de elevada posição social que devem ser admiradas e emuladas. Mas quem determinou que estão a criar valor? Que definição de valor é utilizada para estabelecer a diferença entre criação de valor e extração de valor, ou até destruição de valor?

Porque é que acreditámos tão facilmente nesta narrativa de bom *versus* mau? Como é medido o valor produzido pelo sector público e por que razão é, na maior parte das vezes, tratado simplesmente como uma versão mais ineficiente do sector privado? E se, na verdade, não existisse sequer qualquer prova em apoio dessa história? E se tivesse origem apenas num conjunto de ideias assim enraizadas? Que novas histórias poderíamos contar?

Platão reconheceu que as histórias formam o carácter, a cultura e o comportamento: «A nossa primeira tarefa é supervisionar a produção de histórias e escolher apenas as que considerarmos adequadas, rejeitando as restantes. Convenceremos as mães e amas a contarem às crianças as histórias que escolhemos e a, por meio delas, moldarem as suas mentes e caracteres, em vez dos seus corpos. Teremos de repudiar a maior parte das histórias que se contam hoje em dia.¹²»

Platão não gostava de mitos sobre deuses malcomportados. Este livro analisa um mito mais moderno, sobre a criação de valor na economia. Defendo que esse tipo de criação de mitos permitiu uma

quantidade enorme de extração de valor, possibilitando que alguns indivíduos se tornassem muito ricos e, ao fazê-lo, sugassem a riqueza da sociedade.

O objetivo deste livro é mudar tal estado de coisas e fazê-lo revigorando o debate sobre o valor que costumava estar – e, defendo, deveria estar ainda – no cerne do pensamento económico. Se o valor é definido pelo preço – determinado pelas pretensas forças da oferta e da procura – então, enquanto uma atividade obtiver um preço (legalmente), será vista como criando valor. Defenderei que o modo como a palavra «valor» é utilizada na ciência económica moderna tornou mais fácil as atividades de extração de valor mascararem-se como atividades de criação de valor. E, nesse processo, as rendas (rendimentos não provenientes do trabalho) são confundidas com os lucros (rendimentos auferidos); a desigualdade aumenta e o investimento na economia real cai. Mais: se não conseguirmos estabelecer a diferença entre criação de valor e extração de valor, torna-se quase impossível remunerar a primeira em detrimento desta última. Se o objetivo é gerar um crescimento que seja mais induzido pela inovação (crescimento inteligente), mais inclusivo e mais sustentável, precisamos de ser guiados por um entendimento melhor do valor.

Por outras palavras, não se trata de um debate abstrato, mas sim de um debate que tem consequências de longo alcance – sociais e políticas, mas também económicas – para todos. O modo como discutimos o valor afeta o modo como todos nós, desde as gigantescas multinacionais ao lojista mais modesto, nos comportamos como atores na economia e o modo como, por sua vez, se repercute na economia, e como medimos o seu desempenho. É aquilo a que os filósofos chamam «performatividade»: o modo como falamos sobre as coisas afeta o comportamento e, em seguida, o modo como teorizamos as coisas. Por outras palavras, é uma profecia que se cumpre a si própria.

Oscar Wilde captou de forma magistral o problema do valor quando afirmou que um cínico é alguém que sabe o preço de tudo

e o *valor de nada*. Tinha razão – e, na verdade, a economia é conhecida como a ciência cínica. Mas é precisamente por esse motivo que a mudança do nosso sistema económico tem de ser alicerçada trazendo o valor para centro do nosso pensamento – precisamos de uma capacidade ressuscitada de contestar o modo como é usada a palavra «valor», mantendo vivo o debate e não permitindo que meras histórias afetem quem pensamos que é produtivo e quem é improdutivo. De onde vêm essas histórias – são contadas tendo em vista o interesse de quem? Se não conseguirmos definir o que queremos dizer com «valor», não podemos ter a certeza de o produzir, nem de o partilhar imparcialmente, nem de sustentarmos o crescimento económico. A compreensão do valor é, por conseguinte, fundamental para todas as outras conversas que precisamos de ter sobre para onde está a ir a nossa economia e como alterar a sua rota. E só então a economia poderá deixar de ser uma ciência cínica para passar a ser prometedora.